



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Sumário-Executivo da 125ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 21 de junho de 2017 - Horário: 09h às 19h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

1. Abertura da reunião pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Verificado o quórum, a reunião foi aberta pelo conselheiro titular do MMA e Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Dr. Raimundo Deusdará, às 10h, com a leitura de discurso em nome do Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Após a saudação inicial, declarou que, no mês em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, há muito a ser celebrado neste ano de gestão do Ministro, juntamente com as entidades vinculadas. Mencionou a luta no combate ao desmatamento, o fomento ao desenvolvimento sustentável e à economia verde, que alia geração de emprego e renda à proteção dos recursos naturais. Os órgãos ambientais têm sido fortalecidos, unidades de conservação têm sido criadas e ampliadas, o turismo nos parques nacionais tem sido qualificado, florestas licenciadas para a exploração racional de madeira, atividades extrativistas estimuladas, incentivo às fontes limpas e renováveis de energia e aprimoramento do licenciamento ambiental. Iniciativas estas que visam, sobretudo, atender ao Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e à Convenção da Diversidade Biológica.

Foi completado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, passando para a fase de regularização ambiental. Foi lançado o programa [Plantadores de Rios](#) em parceria com a Universidade Federal de Lavras, visando recuperar e proteger nascentes, para combater a crise hídrica. São 113 milhões de reais captados com apoio internacional, direcionados para novos editais para recuperação de nascentes e recursos hídricos. O programa usará os dados do SICAR, o qual possui mais de 15 milhões de hectares de APP mapeadas, dos quais mais de 6 milhões precisam ser recuperados, e também conta com mais de 1,5 milhões de nascentes registradas. Além do aplicativo 'Plantadores de Rios', o programa ainda possui outros dois eixos: o 'Manejar', que identifica ativos florestais como fontes de sementes para ações de recuperação ambiental e o 'Muda que Muda' que levanta e monitora iniciativas de recomposição da cobertura vegetal nativa em execução pela sociedade civil, governo federal e governos estaduais e municipais. Através do celular, os proprietários de imóveis cadastrados no SICAR, que precisem recompor APP, são postos em contato com interessados em investir na proteção e recuperação de nascentes, incluindo prestadores de serviços e fornecedores de insumos.

Foram concretizadas a criação e ampliação de unidades de conservação de proteção integral, abrangendo diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Marinha Costeira. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, foi ampliado, passando de 65 mil hectares para 240 mil. Outras unidades ampliadas foram a Estação Ecológica do Taim, a Reserva Biológica União, e foi criado o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, no Pará, na

região de Carajás, e o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, no litoral norte de São Paulo.

Na Conferência de Oceanos, o Brasil lançou o compromisso voluntário de uma proposta inovadora de mecanismos financeiros para a gestão sustentável dos oceanos, o Fundo Azul, para ampliar o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade marinha em áreas protegidas brasileiras e fomentar a criação de novos espaços conservados.

O Ministério, juntamente com a ANA, o Governo do Distrito Federal e o Conselho Mundial da Água organizam o 8º Fórum Mundial da Água, para março de 2018, que acontecerá pela primeira vez em um país do hemisfério Sul.

Destacou assuntos da agenda do CONAMA e da pauta da 125ª RO, dando ênfase ao primeiro relatório do Grupo Assessor de revisão das resoluções do Conama impactadas pela legislação superveniente.

Finalizou desejando a todos uma reunião bastante proveitosa, reforçando a importância e o caráter democrático do Conama, fundamental para a adequada implementação da Polícia Nacional do Meio Ambiente.

2. Apresentação dos novos Conselheiros.

Apresentação dos novos conselheiros e respectivas instituições pela Diretora do DConama, Sra. Ana Lucia Dolabella.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [124ª Reunião Ordinária](#), de 15 de março de 2017.

Transcrição aprovada por unanimidade.

4. Tribuna Livre (15 minutos).

Zilda Veloso (MMA): homenageou o ex-conselheiro Pedro Penteado de Castro Neto, falecido em 30/05/17, que teve reconhecida contribuição na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, a qual preside.

Carlos Bocuhy (PROAM): informou que neste período do ano são intensificadas as mortes em SP por causa da poluição atmosférica - material particulado vindo da queima incompleta do diesel. Enfatizou que, por diversas vezes, pediu ao MMA a criação de uma força emergencial para enfrentar o que entende ser uma emergência sanitária. Convidou a presidente do IBAMA para uma visita técnica a SP.

João Monsã (ADEMASP): declarou que as informações sobre a Samarco não estão chegando a tempo, prejudicando sua manifestação na Tribuna Livre.

Lisiane Becker (Mira-Serra): falou da passagem do tempo sem a implementação da Lei da Mata Atlântica e retrocessos como o desmatamento. Deixou registrado o repúdio, em nome da Rede Mata Atlântica, de ONGs da Mata Atlântica, quanto às tentativas de redução de áreas protegidas. Informou da realização, em 29 e 30 de junho, do 1º Fórum de RPPNs em Brasília.

Francisco Soares (FURPA): anunciou o falecimento do Coronel Borges de Castro, técnico do Ibama e ex-servidor da SEMA, em pleno exercício da profissão, deixando uma grande lacuna. Reiterou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba não foi instalado, e pediu apoio do

MMA e do IBAMA a um projeto de lei do Senado sobre o rio Parnaíba. Informou que há 10 anos foi aprovada pelo Conama uma moção pedindo a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, perto da Serra das Confusões. Solicitou ajuda do Ministro junto ao Instituto Chico Mendes.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): Reiterou elogios à Deliberação Normativa nº 213/2017, do Estado de MG, que trata da municipalização do licenciamento ambiental. Fez elogio à SEMAD, pois no mês de abril editou a Deliberação Normativa 214/2017, tratando das diretrizes da elaboração e da execução da Política de Educação Ambiental.

Zuleica Nicz (APROMAC): falou em nome das redes brasileiras: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, Fórum do Movimento Ambientalista do Paraná, Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara e o Grupo de Trabalho sobre Segurança Química e Saúde Ambiental, as quais assinam uma [carta](#), protocolada na reunião, sobre a pauta da 125ª RO, solicitando o sobrestamento da matéria. Criticou a condução das discussões e disse que a área de segurança química do Ministério está paralisada, uma vez que a Convenção Nacional de Segurança Química não teve reunião este ano, assim como não se reuniu o GT Mercúrio, que acompanha a implementação e desdobramentos da Convenção sobre Mercúrio, que o Brasil ainda não ratificou, mas que se comprometeu diante o Pnuma a envidar esforços até que ratifique.

Rogério Menezes (ANAMMA Nacional): reforçou o convite para o Fórum Brasil de Gestão Ambiental, que envolve MMA, ANAMMA, ABEMA, FNP e outras 20 entidades, com cerca de 400 eventos simultâneos, em 3 dias de trabalho, onde também acontecerá a eleição da Diretoria da Anamma.

Mário Mantovani (ANAMMA): falou da conquista da Lei da Mata Atlântica, feita pela sociedade civil e muitos parceiros, e dos avanços da regulamentação. Destacou que durante muito tempo nove estados tiveram desmatamento não autorizado zero. Porém, o desmatamento voltou a assombrar o cenário ambiental. Com a mudança do Código Florestal, analisando os dados do CAR, a ESALQ - Piracicaba avaliou que foram perdido 41 milhões de hectares em todos os biomas brasileiros só em reserva legal e em APP, sendo 29 milhões na Mata Atlântica. Afirmou que a anistia gerada, mesmo com a linha de corte de 2008, está causando um dos maiores escândalos com relação ao desmatamento na Mata Atlântica. Serão entregues ao CONAMA, formalmente, os dados da SOS Mata Atlântica com o levantamento de todos os estados.

Liciana Peixoto (CNM): falou da preocupação com as minutas em pauta, especialmente compostagem que, por ser competência municipal, pode gerar ainda mais dificuldades para os municípios cumprirem com as obrigações da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Quanto à proposta de Resolução sobre o uso da queima controlada de óleo no mar, no tocante à Defesa Civil, a preocupação é referente ao que é imposto aos municípios, os quais têm dificuldade de acompanhar o que é demandado pelas normas, uma vez que sua condição é muito diversa. Elogiou, por fim, a forma de condução dos trabalhos.

5. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA.

5.1. Apresentação dos resultados parciais do Grupo Assessor ao Plenário – Revisão de resoluções Conama à luz da legislação superveniente.

Histórico: Criado durante a 121ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 16/03/2016, é composto pelos membros da CTAJ, e coordenado pela CONJUR/MMA. Reuniões realizadas: 28/03/2017, 18/04/2017, 09/05/2017, e 30/05/2017.

Dr. Rafael Santana, Consultor Jurídico do MMA, realizou uma apresentação sobre os primeiros resultados obtidos pelo GA, incluindo sua criação, localização de documentos no site do CONAMA, número de reuniões e resoluções analisadas. Dentre estas, destacou aquelas que devem ser mantidas e as trazidas à Plenária para deliberação quanto a se reconhecer sua revogação em função da legislação superveniente, as quais houve unanimidade pelo grupo.

Bruno Manzollilo (FBCN) solicitou que todos os conselheiros recebessem a lista de resoluções sob análise do GA, para que tivessem ciência e pudessem se manifestar, caso necessário.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta e, por escrito, de requerimentos de urgência, proposta de moção e de recomendação.

Foi apresentado, e aprovado por unanimidade, requerimento para “Regime de Urgência”, atendendo ao procedimento acordado durante a 121ª RO e conforme preconizado no §3º do art. 18 do Regimento Interno do CONAMA, para a proposta de resolução de reconhecimento da revogação de resoluções discriminadas.

7. Ordem do Dia

7.1. Processo: 02000.000996/2016-54 – **Resolução CONAMA que “reconhece a revogação das resoluções discriminadas neste ato” (Grupo Assessor - Impacto da Legislação Superveniente sobre Resoluções CONAMA).**

Proponente: Grupo Assessor

Aprovada por unanimidade.

7.2. Processo nº 02000.001228/2015-37 – **Proposta de Resolução CONAMA que define critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos.**

Proponente: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.

Dr. Carlos Bocuhy, PROAM, relatou não haver segurança na regulação, visto a presença de fármacos no lodo, compostos que não podem ser postos dentro de padrões de segurança, uma vez que estes inexistem. Para tanto, pediu vistas ao processo juntamente com o MPF. APROMAC, apesar da petição entregue no início da reunião, acompanhou o pedido de vistas, bem como MMA, CNI e MAPA.

Pedido de vista: PROAM, MPF, APROMAC, MMA, CNI e MAPA.

7.3. Processo nº 02000.001724/2016-71 – **Proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre o uso de queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar.**

Proponente: Ministério de Minas e Energia

Dr. Bocuhy, PROAM, colocou que devem haver critérios melhor estudados, visto que considera haver impactos significativos com a queima.

Pedidos de vistas realizados pelo PROAM, MPF, APROMAC, MMA, CNI, MME e Min. Transportes.

8. Informes

O Conselheiro Marcílio Caron (Setor Florestal) solicitou à Presidente do IBAMA, que fizesse um relato para atualização de todos sobre o PL de licenciamento.

Suely Araújo, presidente do IBAMA, iniciou dizendo que está sendo negociado um texto pelo Executivo, como alternativa para o substitutivo do PL nº 3729/2004, principal processo sobre a lei de licenciamento em trâmite no Congresso. Trata-se de um texto com alto nível de consenso, que teve como base o texto do Ministério do Meio Ambiente. Os principais parlamentares que estão à frente das discussões na Câmara dos Deputados são: Deputado Mauro Pereira, relator na Comissão de Finanças e Tributação, onde o PL está formalmente; Deputado Ricardo Tripoli, um dos prováveis relatores em Plenário; e Deputado Nilson Leitão, Coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária. Como o PL está também em regime de urgência, pode, a qualquer momento, ser votado em Plenário. Um dos poucos pontos de dissenso gira em torno do papel do órgão gestor das Unidades de Conservação, no âmbito do procedimento de licenciamento, sobre se ele se manifesta antes, dando a anuência ao próprio processo de licenciamento ambiental ou se ele será tratado da mesma forma como a FUNAI, o IPHAN, e outros órgãos envolvidos. Outro ponto de dissenso é como tratar a questão locacional, visto que hoje define-se o empreendimento sujeito a procedimento de licenciamento com EIA/RIMA apenas a partir do tipo e do porte, sem considerar se a área tem relevância ambiental ou sua resiliência. Existem também demandas para a dispensa de licenciamento ambiental, ainda em debate. Em relação a tipos de procedimentos simplificados de licenciamento, conteúdo de EIA e como tratar a avaliação ambiental estratégica, o consenso já foi formado.

8.1. Projeto Legado para a Gestão das Águas no Brasil, preparação para o 8º Fórum Mundial da Água. Agência Nacional de Águas – ANA

Em sua [apresentação](#), o Dr. Volney Zanardi iniciou falando do objetivo principal do Projeto Legado rumo ao 8º Fórum Mundial da Água, que é a criação de uma agenda positiva para aperfeiçoamento das normativas e do modelo de gestão de águas no país, focando nos problemas enfrentados, como na aplicação da outorga, efetividade das metas, dificuldades relacionadas à estruturação dos Comitês de Bacia em nível nacional, segurança e infraestrutura hídricas, governança, instrumentos de gestão, conservação e reuso da água e gestão integrada de recursos hídricos, entre outros. Foi gerado o Documento Zero, disponibilizado no site da ANA, sobre uma plataforma onde podem ser feitas contribuições, que estará recebendo aportes até novembro deste ano, quando será feita uma reunião Plenária para fechá-lo e levá-lo ao 8º Fórum. Por fim, solicitou aos conselheiros que entrem na plataforma para sugestões.

8.2. Gestão de Florestas Públicas, 2016. SFB/MMA

O conselheiro e Diretor Geral do SFB, Dr. Raimundo Deusdará, solicitou ao Pleno para substituir seu informe por outro referente ao CAR, a ser feito pela equipe do SFB, o que foi acatado pelos presentes. Ele repassou a palavra para a servidora do SFB, Janaina Rocha, para falar sobre o último [Boletim do CAR](#), que consolida os dados até 31 de maio de 2017.

Segundo colocado na [apresentação](#), os registros apontam mais de 4 milhões de imóveis cadastrados, indícios que apontam para a conclusão da fase de cadastramento. Falou da fase seguinte, que envolve o CapCar Análise, um curso de capacitação semipresencial oferecido para 300 técnicos dos órgãos ambientais em todo o país na ferramenta de análise do SICAR. É possível saber, por exemplo, quais cadastros têm algum tipo de restrição, se tem sobreposição entre eles ou com alguma área restrita. Verificada alguma inconsistência, o produtor rural, por meio da Central de Comunicação, poderá fazer download da base de referência para qualificar melhor o seu cadastro, consertando erros ou melhorando o posicionamento. O módulo de PRA, que é off-line, permite aos produtores rurais dizer com exatidão quais são as áreas a serem regularizadas e onde vai ser recomposta a vegetação, os ciclos etc., dados importantes para a recuperação e conservação das florestas e da vegetação nativa.

Citou o aplicativo “Plantadores de Rios”, uma iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro junto ao Ministério do Meio Ambiente, para prover à sociedade um ambiente de interação, contando com as mais de 1.400.000 nascentes declaradas na base do SICAR, onde é possível identificar déficit de vegetação nativa em áreas de preservação permanente. Foi lançado no último dia 05 de junho e pode ser acessado por pessoas físicas ou jurídicas, entes de Governo e quaisquer outras esferas, a partir do link www.car.gov.br/plantadores-rios. O aplicativo faz uma proposta de programa estruturado em três eixos, dando uma visão dos ativos florestais, especialmente nos territórios de povos e comunidades tradicionais. O Muda que Muda são ações de plantio em nível nacional unificadas em um mapa dinâmico, com todas as iniciativas que estão acontecendo, como as do Fundo Amazônia, da ANA com o produtor de água, diversas iniciativas de municípios, e projetos no Serviço Florestal Brasileiro, Cooperação Alemã e com o Banco Mundial.

8.3. Relatório Coleta de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – Dados de 2016 - Resoluções CONAMA nº 362/05 e nº 450/12. Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA.

Dra. Zilda Veloso iniciou a [apresentação](#), lembrando que, segundo a Resolução Conama, todo óleo lubrificante, usado ou contaminado, deverá ser coletado e dada destinação final ambientalmente adequada e que o produtor e o importador do óleo lubrificante deverão coletar ou garantir a coleta e dar destinação ao óleo lubrificante usado. Disse ainda que a Resolução estabelece metas de recolhimento, as quais são regulamentadas por meio da Portaria Conjunta nº100/2016 do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e Energia. Nela está a meta do Brasil de recolhimento de 38,9%.

Informou que o MMA, o MME, o IBAMA e a ANP produziram conjuntamente o Relatório apresentado ao CONAMA. Foi registrado, em 2016, o recolhimento de mais de 413 milhões de litros de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado - OLUC, sendo que o percentual mínimo foi superado em todas as regiões do Brasil, atendendo as metas da Portaria Interministerial. Destacou que, apesar da crise, o Brasil ainda é um dos maiores mercados de óleos lubrificantes e um dos maiores geradores de óleo usado. O país tem 89 produtores e 210 importadores de óleo lubrificante, 15 re-refinadores e 22 coletores de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Lamentou que, por dificuldade financeira, a capacitação dos órgãos estaduais e municipais, para cumprimento dessa norma, tenha sido interrompida. Ainda assim, a projeção gradativa do aumento do percentual mínimo de coleta, tem sido atendida. Ressaltou também que o

Grupo de Monitoramento Permanente, criado conforme disposto na Resolução Conama 362/05, que conta com a participação do setor empresarial, da Sociedade Civil, de órgãos do Governo Federal, IBAMA, ANP, MME, ANAMMA e ABEMA, deveria realizar 4 reuniões anuais, cujas expensas dos representantes governamentais e da Sociedade Civil estariam a cargo do MMA, porém, com os cortes orçamentários, o cronograma não tem sido mantido.

Finalizou falando que foram lavrados pelo IBAMA, em 2016, 44 autos de infração referentes ao não cumprimento da norma.

9. Encerramento